

O processo de tomada de decisão em relação as informações contábeis: um estudo com os produtores de arroz de Rio Brilhante/MS

Evandro Marciel Alves Bezerra

Graduando em Ciências Contábeis

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Letícia de Oliveira, Dr.^a.

Orientadora do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo verificar se as informações contábeis estão auxiliando no processo de tomada de decisão dos produtores de arroz do município de Rio Brilhante/MS. Especificamente, busca-se verificar a influência no processo decisório dos produtores de arroz. A metodologia utilizada é classificada quanto aos objetivos como exploratória; com relação aos procedimentos trata-se de uma pesquisa bibliográfica e no que tange a abordagem, uma pesquisa quantitativa. Para a coleta dos dados, utilizou-se uma pesquisa de campo de amostragem por acessibilidade ou conveniência por meio de questionário semi-estruturado, tendo como respondentes produtores rurais de arroz do município de Rio Brilhante/MS. Os dados foram analisados de acordo com a frequência das respostas obtidas. Os resultados revelaram que apenas 17% dos produtores de arroz utilizam informações contábeis para a tomada de decisão e que 83% desses produtores preferem confiar numa informação de um técnico agrícola ou agrônomo, por ser este profissional quem faz o seu projeto de plantio ou projeto de viabilidade para concessão de custeio rural em bancos.

Palavras chaves: Rizicultura; Contabilidade; Processo Decisório.

The decision-making process in relation to the accounting information: a study with the rice producers in Rio Brilhante/MS

Abstract

This article has as objective to verify if the accounting information are helping in the decision making process of the producers of rice in the municipality of Rio Brilhante/MS. Specifically, it seeks to ascertain the influence in the decision making of rice producers. The methodology used is classified in terms of the goals as exploratory; with respect to procedures this is a bibliographic research and in terms of the approach, a quantitative research. For the collection of data, we used a field survey of accessibility sampling or convenience through semi-structured questionnaire, having as respondents rural producers of rice in the municipality of Rio Brilhante/MS. The data were analyzed according to the frequency of the answers. The results revealed that only 17% of the producers of rice using accounting information for decision making and that 83% of these producers prefer to rely on information of a technical agricultural or agronomist, for this to be professional who makes his project of planting or project of viability for granting of costing in rural banks.

Key Words: Rice; Accounting; Decision-making process.

1. Introdução

Constantes mudanças vêm ocorrendo no modelo administrativo das organizações, visto que a cada momento estas precisam tomar decisões desde as mais corriqueiras como o que comprar, que quantidade produzir, até as mais complexas que envolvem a estratégia de compras e vendas, planos de investimentos e financiamentos e de viabilidade econômica entre outras. Tais decisões, tanto de cunho econômico-financeira, política e social, precisam ser tomadas buscando minimizar as incertezas do ambiente. Sendo assim, o processo decisório constitui-se numa ferramenta estratégica de apoio a tomada de decisão do gestor principalmente quando as decisões a serem tomadas envolvem informações levantadas pela contabilidade.

Devido a crescente expansão do agronegócio, cabe ao empresário rural munir-se de ferramentas capazes tanto de identificar problemas como de apresentar alternativas para que os mesmos sejam solucionados.

Tendo em vista que o agronegócio tem alavancado a economia do Brasil e que as decisões são tomadas em ambiente de incerteza, este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: as informações contábeis estão auxiliando no processo de tomada de decisão dos produtores de arroz do município de Rio Brillhante/MS?

Neste sentido, o objetivo geral do presente artigo é identificar se as informações contábeis são utilizadas no processo decisório dos produtores de arroz no município de Rio Brillhante/MS. Especificamente, busca-se identificar as informações contábeis que são utilizadas pelos produtores de arroz; reconhecer o processo decisório dos produtores rurais e ainda verificar a influência das informações contábeis no processo decisório destes.

Cabe destacar que este trabalho não pretende esgotar a problemática relativa a utilização das informações contábeis no processo decisório, mas compreender como os produtores de arroz estão utilizando da contabilidade para a eficiência na sua gestão empresarial.

Neste sentido, este artigo versará sobre o processo de tomada de decisão, o agronegócio especificamente rizicultura e por fim a relevância das informações contábeis para a tomada de decisão.

2. Referencial Teórico

Para efeitos deste artigo, cabe destacar a definição da palavra decisão, que segundo Gomes (2006) é formada por *de* (em latim significa parar, extrair) que se antepõe a palavra *caedere* (que significa cindir, cortar); tomada ao pé da letra, e ainda segundo o autor, estas, podem ser simples ou complexas; específicas ou estratégicas, logo as decisões podem ser imediatas, de curto prazo, longo prazo ou multidimensional.

Em qualquer circunstância, tem-se que uma decisão só será tomada se existir pelo menos o confronto de duas ou mais situações, momento em que será feita a seleção das alternativas para cada decisão a ser tomada.

De acordo com Zeleny (1994), a tomada de decisão objetiva um esforço para tentar resolver problema(s) de objetivos conflitantes, cuja presença impede a existência da solução ótima e conduz a procura do “melhor compromisso”. Neste sentido, Malczewski (1999) corrobora que decisões são necessárias quando uma oportunidade ou problema existe, ou quando algo não é o que deveria ser ou, ainda, quando existe uma oportunidade de melhoria ou otimização.

A tomada de decisão no agronegócio envolve as definições que Araújo (2005, p. 75) denomina “[...] ‘5q1c’: o que, quanto, quando, quem, para quem e como”.

Segundo Hampton (1992, p. 230), o processo decisório divide-se em quatro etapas assim elencadas: a) definição do problema, ou seja, o produtor deve verificar e encontrar o problema; b) obtenção dos fatos, o produtor deve apurar os fatos; c) formulação de alternativas; d) ponderação e decisão.

Para tanto, como mencionado por Araujo (2005) e Hampton (1992), o primeiro estabelece uma metodologia do processo decisório, o segundo, o divide em etapas, logo para que se concretizem o que os autores elencaram, o processo decisório pode ocorrer nas diferentes áreas de atuações, o que não é diferente no agronegócio.

Nesta perspectiva, conceitua-se agronegócio como sendo toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. O termo agropecuária é usado para definir o uso econômico do solo para o cultivo da terra, associado com a criação de animais, (Embrapa 2007).

A contabilidade surge então como ferramenta auxiliadora no processo de tomada de decisão nas questões relativas ao agronegócio subsidiando-o com informações relevantes.

Para que se tomem decisões no agronegócio, estas devem ser subsidiadas de informações que ajudarão no processo de tomada de decisão, nesta perspectiva, a contabilidade é um instrumento capaz de fornecer estas informações.

Corroborando sobre o tema contabilidade, Sá (1998, p.42) diz: “contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”.

Na visão de Franco (1997, p.21) a contabilidade,

“é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Na Resolução 774 de 16 de dezembro de 1994 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC 2000:30) estabelece que

“na contabilidade, o objeto é sempre o patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorrem nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir lucro”.

Quanto à finalidade da contabilidade, Iudícibus (1995, p.21) descreve que “o objetivo básico da contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Diante do exposto, entende-se que o objeto da contabilidade

“é o estudo do patrimônio definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma ou mais pessoas, em seus aspectos estático (econômico e financeiro) e dinâmico (variações sofridas pela riqueza patrimonial) e nos seus aspectos qualitativos e quantitativos visando desnudá-lo e mostrá-lo como esta no intuito de propiciar condições de intervenção no mesmo, e que seu objetivo consiste no fornecimento de relatórios contábeis e gerenciais que auxiliam a tomada de decisões”, Iudícibus (1995).

Infere-se que o processo decisório e o agronegócio podem harmonizar-se e assim os produtores de arroz podem tomar decisões mais estruturadas com base nas informações levantadas pela contabilidade, proporcionando-lhes melhores retornos.

2.1 Processo Decisório

Em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo entre as organizações, as decisões a serem tomadas devem ser tempestivas, rápidas, acertadas, coerentes e abrangentes,

tendo em vista que estas têm como metas minimizar as perdas e maximizar ganhos em escala e assim direcionar a entidade ao sucesso esperado, (MORITZ e PEREIRA, 2006).

O processo de tomada de decisão está presente nas diferentes áreas, seja em empresas pública e privada como na atividade rural (agropecuária, pecuária entre outras). Pode ser aplicado para o cotidiano do empresário e da mesma forma para um produtor rural, em que dependendo da decisão a ser tomada, pode ser uma decisão simples ou complexa, estratégica ou tática ou mesmo operacional, ou seja, decisões que afetam tanto o ambiente externo, como ambiente interno, por exemplo, em novos investimentos em maquinários que podem afetar toda a produção, alocação e distribuição ou mesmo uma nova tecnologia que irá beneficiar toda uma cadeia de produção.

Tratando-se sobre a tomada de decisão, Simon (1965 apud MORITZ e PEREIRA, 2006) entende que o “ato de decidir é essencialmente uma ação humana e comportamental”. Ela envolve a seleção, consciente ou inconsciente de determinadas ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para o agente e para aquelas pessoas sobre as quais ele exerce influência e autoridade.

Diante disso, percebe-se que a tomada de decisão pode ser notada nas mais variadas situações da vida cotidiana do ser humano não diferentemente para uma empresa e para um produtor rural onde a tomada de decisão é presença constante todos os dias.

2.1.1 Atores da Decisão

Em qualquer entidade/organização constata-se que há sempre um profissional mediador das decisões da empresa. Já em determinadas empresas como é o caso das micro empresas e empresas de pequeno porte, o próprio dono é o responsável por todas as decisões e ações a serem desenvolvidas pela empresa.

De acordo com Gomes, (2006, p.5) os atores da decisão são definidos da seguinte forma:

a) Decisor (es): influencia no processo de decisão de acordo com o juízo de valor que representa e ou relações que estabelecem. Essas relações devem possuir caráter dinâmico, pois poderão ser modificadas durante o processo de decisão devido ao enriquecimento de informações e ou interferência de facilitadores. b) Facilitador (es): é (são) um (os) líder (es) experiente (s) que deve (m) focalizar a (s) sua atenção (es) na resolução dos problemas, coordenando os pontos de vista do decisor, mantendo o decisor motivado e destacando o aprendizado no processo de decisão. c) Analista: é o que faz a análise, auxilia o facilitador e o decisor na estruturação do problema e identificação dos fatores do meio ambiente que influencia na evolução, solução e configuração do problema.

O decisor não participa do processo de decisão, porém irá influenciá-lo se possuir o poder de veto. Haverá um grupo que tomará a decisão e irá oficializá-la mediante a “assinatura” do decisor.

Roy (1996) define facilitador como sendo um ator particular cujo grau de ingerência na atividade de apoio a decisão deveria ser contínuo, adotando uma postura empática.

Verifica-se que decisor, facilitador e analista são peças-chave no que diz respeito a identificação, mensuração e solução dos problemas da entidade, num trabalho contínuo e sequencial, a fim de obter os melhores resultados possíveis, com o menor número de recursos financeiros disponíveis, tendo em vista que os recursos são escassos.

Para Simon (1965 apud MORITZ e PEREIRA, 2006), “a decisão é um processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que a pessoa deverá seguir”. O mesmo autor aponta seis elementos clássicos na tomada de decisão:

- o **tomador de decisão** – é a pessoa que faz uma escolha ou opção entre várias alternativas de ação;
- os **objetivos** – que o tomador de decisão pretende alcançar com suas ações;
- as **preferências** – critérios que o tomador de decisão usa para fazer sua escolha;
- a **estratégia** – o curso da ação que o tomador de decisão escolhe para atingir os objetivos, dependendo dos recursos que venha a dispor;
- a **situação** – aspectos do ambiente que envolvem o tomador de decisão, muitos dos quais se encontram fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afetam sua escolha;
- o **resultado** – é a consequência ou resultante de uma dada estratégia de decisão.

2.1.2 Níveis de Tomada de Decisão

Em uma organização, basicamente são notáveis três diferentes níveis de tomada de decisão. São os níveis estratégico, tático e operacional, que visam mobilizar todos os recursos de uma empresa para a concretização dos seus objetivos (MORITZ e PEREIRA, 2006), conforme figura 1.



Figura 1: Níveis de tomada de decisão de uma organização.

Fonte: retirada de ((MORITZ e PEREIRA, 2006. p. 42).

Como enunciado pelo autores acima citados, cabe destacar as definições de cada nível de tomada de decisão.

Decisões estratégicas	Decisões táticas	Decisões operacionais
São aquelas que determinam os objetivos da organização como um todo, seus propósitos e direção, sendo uma função exclusiva da alta administração. As decisões tomadas nesse âmbito também determinarão como a empresa se relacionará com os ambientes externos. -São mais adequadas quando tomadas no nível mais alto. Essas políticas e metas não são muito específicas, porque precisam ser aplicadas em todos os níveis e departamentos.	São tomadas em um nível abaixo das decisões estratégicas. Normalmente são tomadas pela gerência intermediária, como gerentes de divisão ou de departamentos. Essas decisões envolvem o desenvolvimento de táticas para realizar as metas estratégicas definidas pela alta gerência. São mais específicas e concretas do que decisões estratégicas e mais voltadas para a ação.	São tomadas no nível mais baixo da estrutura organizacional, no campo da supervisão ou operacional de uma empresa, e se referem ao curso de operações diárias. Essas decisões determinam a maneira como as operações devem ser conduzidas – operações desenhadas a partir de decisões táticas tomadas pela gerência intermediária e referem-se à maneira mais eficiente e eficaz de realizar as metas estabelecidas no nível médio.

Quadro 1: tipos de decisões nas organizações.

Fonte: elaborado pelo autor baseado em (MORITZ e PEREIRA, 2006).

Conforme elencado na figura 1 e no quadro subsequente, fica evidenciado que as decisões seguem uma estrutura hierárquica nas organizações/empresas e nos demais setores e ou atividades, assim como para uma cultura agropecuária.

2.1.3 Estilos de Decisão

Ao identificar que em uma organização as decisões podem ser tomadas por diferentes níveis, verifica-se diferentes estilos de tomada de decisão em uma organização. Os estilos de administração classificam o administrador como: indivíduo avesso a problemas (AP); indivíduo solucionador de problemas (SP) e o indivíduo previsor de problemas (PP), classificação proposta por (MORITZ e PEREIRA, 2006).

Para elucidar os estilos propostos pelos autores acima supracitados, o quadro a seguir explica bem esses estilos.

Indivíduo avesso a problemas (AP)	Indivíduo solucionador de problemas (SP)	Indivíduo previsor de problemas (PP)
<p>Procura preservar o <i>status quo</i> e age para evitar mudanças. Trabalha para manter as condições atuais já que, mesmo não sendo o resultado ideal de um processo de decisão gerencial, são mais práticas para ele. Busca minimizar os conflitos ou simplesmente ignora-os; assim, é frequentemente conhecido por encobrir as coisas. Os avessos a problemas são pessoas boas para manter uma organização em curso calmo e estável, e esse pode ser o estilo de tomada de decisão mais eficaz em ambientes nos quais, existem poucas necessidades de mudanças;</p>	<p>É o de estilo mais comum. A maioria dos gestores espera ser confrontada com problemas e solucioná-los no curso normal de suas atividades. O SP reconhece que mudanças desnecessárias são infundadas, servem tão somente para gastar recursos organizacionais e para fomentar uma ilusão de progresso, confundindo a todos. O SP entende e aceita que as empresas, no mundo moderno dos negócios, operam sob condições de riscos e de incertezas. Isso significa que a gestão da empresa estará frequentemente em um ambiente muito agitado e competitivo, com o imperativo de se adaptar às circunstâncias em transformação. Preocupa-se com os problemas atuais. Está sempre reagindo aos problemas à medida que vão surgindo.</p>	<p>Busca ativamente antecipar os problemas e tenta lidar com eles antes que se transformem em uma dificuldade maior para a empresa. É entusiasmado e envolvido com o planejamento futuro e a criação de alternativas. Ele não apenas reconhece a necessidade de mudanças, mas acredita que a melhor maneira de se lidar com elas é prevendo-as, e não meramente reagindo às necessidades atuais. Esse tipo de tomador de decisões faz uso de análise de dados, não simplesmente para compreender o presente, mas também para prospectar o futuro.</p>

Quadro 2: estilos de tomada de decisão.

Fonte: elaborado pelo autor (MORITZ e PEREIRA, 2006).

Pelo quadro acima, percebe-se a possível comparação entre os estilos de administração, visto que poder-se-ia traçar um paralelo entre os produtores de arroz e verificar quais produtores possuem estes estilos.

2.2 Definição de Agronegócio

Para Davis e Goldberg (1957), o conceito de agronegócios é tido como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de

produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Na visão de Goldberg (1968), utilizar a noção de *commodity system approach* (cadeia de produção agro-industrial) é pertinente para estudar o comportamento dos sistemas de produção da laranja, trigo e soja nos Estados Unidos. O mesmo autor definiu cadeia como segue:

- A cadeia de produção: é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico;
- A cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de entre fornecedores e clientes;
- A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.

De maneira geral, uma cadeia de produção agro-industrial pode ser segmentada, de antes da porteira (insumos) até depois da porteira (comercialização), em três macrosegmentos. Em muitos casos práticos, os limites desta divisão não são facilmente identificáveis. Segundo os autores que tratam do tema em questão, estes fazem também a menção de que o Agronegócio tem três divisões, sendo assim o antes, durante e depois da porteira. Além disso, esta divisão pode variar muito segundo o tipo de produto e segundo o objetivo da análise. Segundo (GOLDBERG, 1968) os macrosegmentos propostos são:

- Comercialização: Representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.). Podem ser incluídas neste macrosegmento as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição.
- Industrialização. Representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou outra agro-indústria.
- Produção de matérias-primas. Reúne as firmas que fornecem as matérias-primas iniciais para que outras empresas avancem no processo de produção do produto final (agricultura, pecuária, pesca e piscicultura etc.).

Davis e Goldberg (1957) propuseram o Agronegócio em três partes, a saber: sistema agro-industrial (sai), complexo agro-industrial e cadeia de produção agro-industrial.

2.2.1 Sistema Agro-Industrial (SAI)

De acordo com (GOLDBERG, 1968) o Sistema Agro Industrial:

pode ser considerado o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agro-industriais, desde a produção dos insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas etc.) ao consumidor, onde não há a associação de matéria-prima agropecuária ou produto final específico. Na verdade, o SAI, quando apresentado desta forma, revela-se de pouca utilidade prática como ferramenta de gestão e de apoio à tomada de decisão. O SAI, é composto por seis elementos básicos:

- Agricultura, pecuária e pesca;
- Indústrias agro-alimentares;
- Distribuição agrícola e alimentar;
- Comércio internacional,
- Consumidor;
- Indústrias e serviços de apoio.

2.2.2 Complexo Agro-Industrial

Um complexo agro-industrial, tal como ele é entendido neste trabalho, tem como ponto de partida determinada matéria-prima de base. Desta forma, poder-se-ia, por exemplo, fazer alusão ao complexo soja, complexo leite, complexo cana-de-açúcar, complexo café, etc. A arquitetura deste complexo agro-industrial seria ditada pela "explosão" da matéria-prima principal que o originou, segundo os diferentes processos industriais e comerciais que ela pode sofrer até se transformar em diferentes produtos finais. Assim, a formação de um complexo agro-industrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos, (GOLDBERG, 1968).

2.2.3 Cadeia de Produção Agro-Industrial

É saliente destacar que, ao contrário do complexo agro-industrial, uma cadeia de produção é definida a partir da identificação de determinado produto final. Após esta identificação, cabe ir encadeando, de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção.

De forma sintética, as funções do agronegócio poderiam ser descritas em sete níveis, a saber:

- Suprimentos à produção
- Produção
- Transformação
- Acondicionamento
- Armazenamento
- Distribuição
- Consumo

2.3 Agronegócio no Brasil Atual

Na visão de (CALLADO e ALMEIDA, 2003), devido ao avanço do processo de modernização e crescimento econômico do Brasil, o agronegócio vem demonstrando uma substancial força de expansão principalmente por sua importante participação na economia interna como também externa. No entanto, o Agronegócio ainda enfrenta problemas estruturais com a administração e a contabilidade rural, principalmente no que diz respeito ao tratamento das informações levantadas pela contabilidade.

Nas últimas décadas, o Brasil tem buscado se integrar à economia internacional, logo nesse processo de modernização e crescimento através da internacionalização da economia, revela-se a força do agronegócio, além de sua já reconhecida importância na economia interna.

Segundo informações do portal do agronegócio (2011), o Produto Interno Bruto (PIB) é representado por cerca de um terço que vem do agronegócio, este tem grande contribuição das exportações de *commodities* e produtos agro-industriais. O Brasil caminha para se tornar uma liderança mundial no agronegócio e para consolidar nessa atividade é preciso ampliar suas competências para atuar de modo eficiente no controle das cadeias de produção agropecuária de modo a garantir qualidade e segurança dos produtos e serviços oferecidos desde o processamento até sua distribuição.

A missão institucional do Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA, 2011) é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. No cumprimento de sua missão, o citado

Ministério formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, na busca do atendimento às exigências dos consumidores brasileiros e do mercado internacional.

2.3.1 Agronegócio do Arroz

Segundo informações do site planeta arroz, (2004), a área plantada de arroz irrigado é de 35 mil hectares em Mato Grosso do Sul, com tendência de crescimento de 10% na safra 2004/05, segundo o Presidente da Associação dos Produtores de Arroz e Irrigantes de Mato Grosso do Sul, Roberto Coelho (2003). “O produtor tende a se tecnificar e aumentar a produtividade”, prevê. O aumento da produtividade e o mercado em expansão são os combustíveis para o ânimo do produtor, que nos últimos três anos elevou o rendimento de 6 mil quilos a 7,5 mil por hectare, no pólo oeste do Estado. Isso através do uso de cultivares adequadas, boa disponibilidade de água e combate ao arroz vermelho. “Mas esse progresso ocorreu mais no pólo oeste, enquanto que em centros tradicionais de produção, como Dourados e Rio Brillhante, continuou estabilizado”, diz.

2.4 Informações Contábeis

Informações contábeis são àquelas obtidas sob diversas formas por uma organização, a saber: mediante os relatórios gerenciais, relatórios da auditoria interna ou externa, balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa entre outras como, por exemplo, histórico de compras e vendas, de outros métodos de custos não permitidos pela legislação tributária como custeio ABC ou variável que são utilizados apenas para fins gerenciais.

Nesse contexto, a contabilidade se utiliza das ferramentas do processo decisório sempre que se depara com duas ou mais opções, alternativas ou soluções.

Independente de onde sejam estas decisões na contabilidade, pois podem abranger a área de custos, a contabilidade gerencial, financeira, controladoria, auditoria (...) (MORITZ e PEREIRA, 2006), em fim, onde o profissional contador possa atuar, o processo decisório se fará como ferramenta de apoio a este profissional.

De forma sucinta, as informações levantadas pela contabilidade são imprescindíveis para a organização, logo indispensáveis para o tomador de decisão.

Nesse sentido, tais informações são fundamentais tanto para auxílio de desempenho da administração, como para o controle das ações tomadas. Estas devem estar de acordo com os planos e políticas traçados pelos detentores de capital e pela própria administração. Sob o ponto de vista clássico, a contabilidade visa à solução de problemas financeiros da empresa de forma que através dela os administradores possam analisar relatórios, criar um planejamento e efetuar o controle da organização.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo quanto aos objetivos será exploratória, pois por meio deste método busca-se desenvolver uma visão do tema em estudo, levantando seus principais aspectos e contribuições. Sobre esse assunto, Gil (1999) diz que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado assunto.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que segundo, Cervo e Bervian (1983, p.53) definem como a que:

explicita um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou

experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Segundo Raupp (2010, p.87) a pesquisa bibliográfica por ser teórica, é parte obrigatória da mesma forma como em outros tipos de pesquisa pelo fato de ser por meio deste tipo de pesquisa que tem-se conhecimento de produção já existente.

Quanto à abordagem, é uma pesquisa quantitativa, que na visão de Richardson (1999, p.80), [...] visa descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Neste sentido, utilizou-se de uma pesquisa de campo de amostragem por acessibilidade ou conveniência, que segundo Colauto (2010, p.126) é vista como a menos rigorosa de todas as amostragens. Gil (1999) elenca que nesse tipo de amostragem o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem maior facilidade de acesso, admitindo que eles possam efetivamente representar de forma adequada a população.

Para realizar a pesquisa, foi elaborado um questionário com três blocos de informações: agronegócio; informações contábeis e processo decisório, ao qual pretende-se responder ao problema de pesquisa tendo como pressupostos básicos as informações coletadas dos produtores de arroz. A população da pesquisa é composta de trinta e quatro produtores de arroz, ao qual por meio de uma amostragem por acessibilidade ou conveniência foram entrevistados dezoito produtores, representando 53% da população, sendo todos domiciliados no município de Rio Brilhante/MS.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas com utilização de um questionário semi-estruturado. As entrevistas permitem obter informações que não poderiam ser obtidas apenas com questionário, pois possibilita ao entrevistador fazer observações que o questionário não permite (TRIVIÑOS, 1987).

Com relação a análise dos dados coletados, obteve-se a frequência das respostas as quais foram elaborados figuras gráficas para representar as respostas dos produtores utilizando-se de percentual dos dados.

4. ANÁLISE dos DADOS

Foram realizadas entrevistas com utilização de questionário semi-estruturado e dividido em três blocos de informações: produção de arroz, informações contábeis e processo decisório, o qual pretendia responder o problema de pesquisa proposto e aos objetivos traçados. A pesquisa foi realizada com dezoito produtores de arroz, sendo todos domiciliados no município de Rio Brilhante/MS.

Para realização deste estudo, foram pesquisados 5,5 mil hectares de arroz totalmente irrigado no município de Rio Brilhante, representando 68,75% da área total do município com plantio de arroz que é de oito mil hectares segundo fontes do município e do IBGE (2010), conforme figura 2.

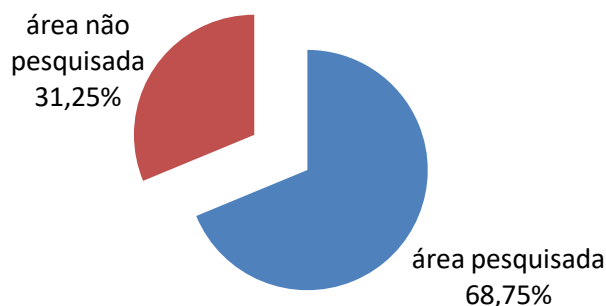


Figura 2: tamanho da área pesquisada em hectares
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

Neste trabalho, foi proposta uma classificação por produtor de acordo com a quantidade de hectares plantadas. A classificação deu-se da seguinte forma: produtores que plantam de uma a cem hectares; de cento e uma a trezentos hectares, de trezentos e uma a mil hectares e acima de mil hectares.

Sendo assim, os produtores foram agrupados em quatro grupos, sendo que dos dezoito produtores entrevistados, oito cultivam entre trezentas a mil hectares, o que representa 45% da amostra, quatro produtores cultivam acima de mil hectares e representam 22% assim como quatro produtores que cultivam entre trezentos e uma a mil hectares conforme ilustra a figura 3.

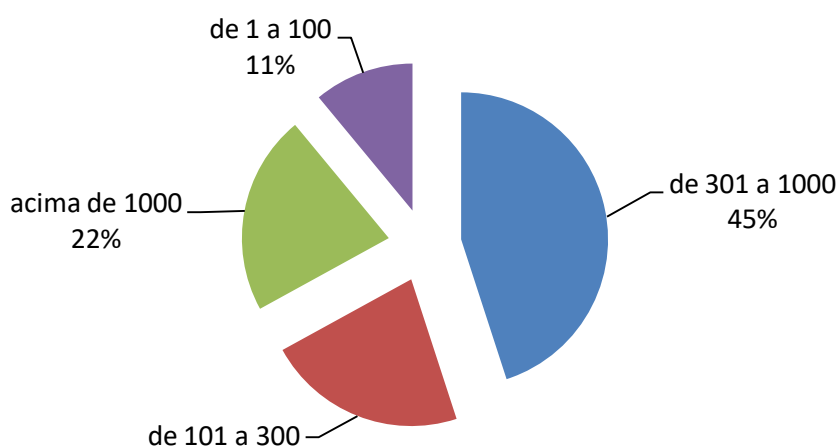


Figura 3: área plantada em hectares
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

Outro aspecto questionado foi com relação à área que os produtores cultivam, se esta é própria ou arrendada ou ainda mista, pois dependendo em qual caso se enquadrar pode ter fundamental importância principalmente no que tange a administração desta área, conforme figura 4.

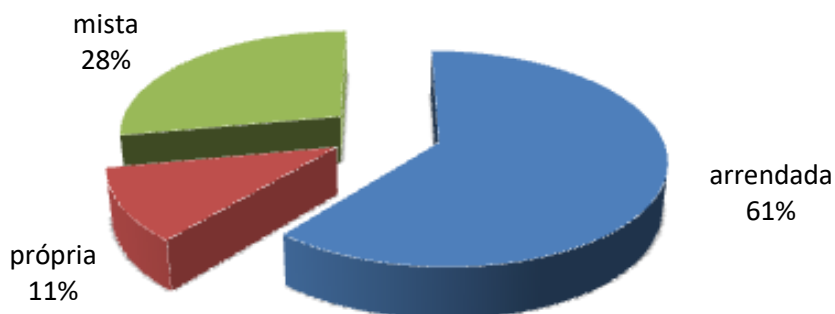


Figura 4: proporção da área plantada.
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

De acordo com a figura 4, 61% da área plantada é arrendada, o que configura um custo adicional ao produtor, logo este custo de arrendamento obrigará o produtor a ter um maior controle de custos, repercutindo diretamente nos lucros da sua atividade.

Os produtores entrevistados quando perguntados se recebem orientação ou visita técnica de agrônomo e de quem são esta orientação, todos com unanimidade responderam que sim, sendo que para quinze produtores (83,3%), esta visita é de agrônomos de empresas privadas e para os 16,7% essa orientação ou é do próprio produtor ou é de empresa pública.

Verificou-se que todos os produtores necessitam de recursos financeiros de bancos comerciais para custeio agrícola.

É importante ressaltar que em cada dez produtores, seis plantam outro tipo de cultura além do arroz, destacando-se principalmente soja e milho, o que representa 60% dos produtores entrevistados conforme mostra a figura 5.



Figura 5: tipos de culturas plantadas

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

Em relação ao bloco de informações contábeis, procurou-se identificar se as informações contábeis são utilizadas no processo decisório dos produtores de arroz no município de Rio Brilhante/MS, identificando se o mesmo possuía um profissional da área contábil para auxiliar nas decisões relacionadas a produção.

De acordo com os produtores entrevistados, 70% não têm profissional da área contábil para subsidiá-los principalmente com informações relacionadas a custos da atividade agrícola.

Quanto a forma de apuração do lucro, custos e despesas, entre outras, da atividade, constatou-se que 55% utilizam de conhecimentos adquiridos ou aprendidos na sua rotina diária, enquanto que apenas 28% buscam auxílio em um escritório de contabilidade e o restante (17%) não fazem cálculo algum, conforme mostra a figura 6.

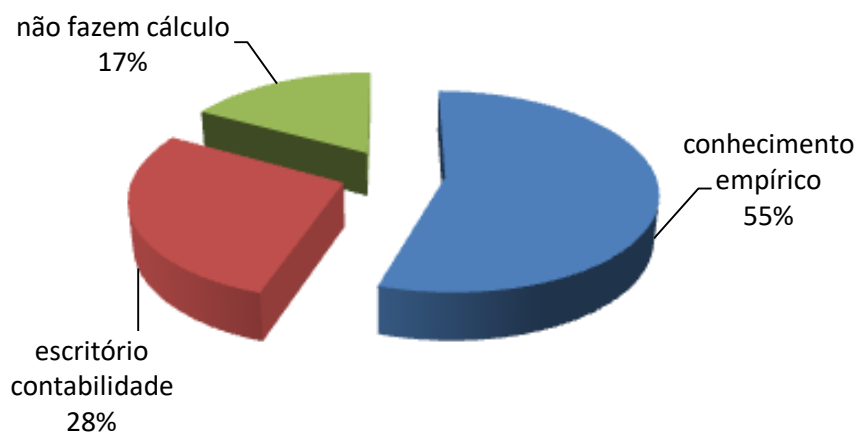


Figura 6: apuração lucro/custos

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

Averiguando se os produtores de arroz achavam necessário um profissional da área contábil para orientá-los e ou assessorá-los em suas atividades agrícolas, observou-se que 77,8% gostariam de ter este profissional e 22,2% não acham necessário.

Levando-se em consideração que uma informação contábil tem grande relevância para a tomada de decisão, os produtores foram questionados a respeito de que tipo de

informação esperariam receber de um profissional da área contábil. Todos os produtores responderam que queriam informações relacionadas à área de custos, escrituração contábil, fiscal e tributária.

Com relação ao terceiro bloco, procurou-se identificar/compreender o processo decisório dos produtores de arroz e verificar a influência das informações contábeis no processo decisório dos produtores de arroz por grupos de produtores.

Os produtores entrevistados quando questionados com relação ao momento que tomam decisões, percebe-se que estas ocorrem nas mais diferentes situações, verifica-se que dos estilos propostos para um administrador/gestor, não é diferente para um produtor rural, pois este é gestor de sua atividade agrícola e que muitas situações ocorrem no seu dia-a-dia. O produtor de arroz em muitas situações deve ser avesso a problemas e tomar uma decisão rápida, porém coerente ou muitas vezes ser um previsor de problemas fazendo análises das situações propostas e escolhendo a melhor alternativa.

Ao ser analisado como é o processo de tomada de decisão na sua atividade, obteve-se que todos os produtores de arroz tomam decisões constantemente, no entanto apenas 17% dos entrevistados possuem um sistema de informação contábil que proporcione o gestor tomar decisões baseando-se nas informações contábeis. O fato que chama mais atenção é com relação aos 83% dos produtores, que ao tomarem uma decisão procuram orientação de um agrônomo ou um técnico agrícola, conforme apresenta a figura 7.

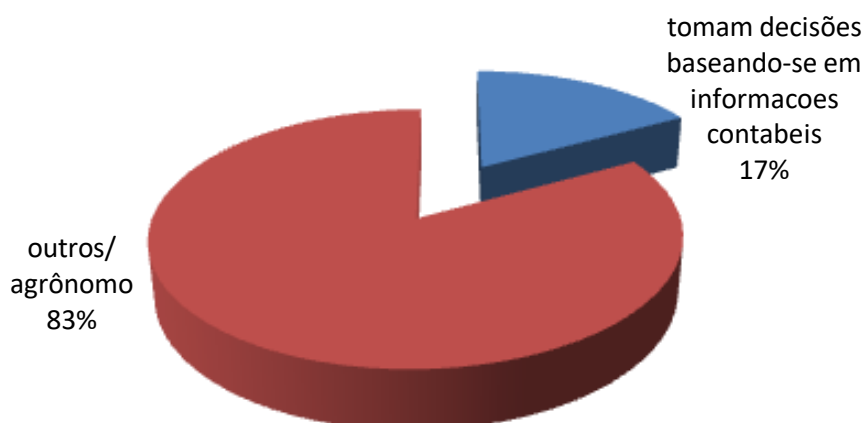


Figura 7: tomada de decisão.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados.

Finalmente, para 50% dos produtores, quando questionados se as informações contábeis são suficientes para a tomada de decisão, responderam que não, pois levam em consideração outros fatores como clima, área geográfica, canais de distribuição, mercado, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o problema proposto e os objetivos traçados, verificou-se que apenas 17% dos produtores de arroz utilizam informações contábeis para a tomada de decisão.

As informações contábeis serão eficientes e eficazes se os produtores de arroz possuírem um sistema de informação contábil ou um sistema de informação gerencial para subsidiá-los com informações relativas a produção: custo, rentabilidade, despesas, entre outros, objetivando eficiência no processo de tomada de decisão e consequentemente maximizando a riqueza da sua atividade agrícola.

De acordo com a pesquisa, 83% dos produtores de arroz preferem confiar numa informação de um técnico agrícola ou agrônomo, por ser este profissional quem faz o seu projeto de plantio ou projeto de viabilidade para concessão de custeio rural em bancos.

Verificando-se a classificação por grupos de produtores, os quais foram classificados de acordo com a quantidade de hectares plantadas, ficou evidenciado que os grupos de produtores que plantam acima de cento e uma hectares de arroz procuram suporte em um escritório de contabilidade, totalizando 28% dos produtores, no entanto destes grupos de produtores, 17% possuíam um sistema de informação contábil para a tomada de decisão que ficou evidenciado no grupo que plantavam acima de trezentos e uma hectares de arroz.

Constatou-se através das informações coletadas que os produtores de arroz do município de Rio Brilhante/MS ao tomarem decisões até fazem análise das alternativas ou procuram mensurar os riscos da decisão a qual estão incorrendo, no entanto, fazem pouco uso das informações que a contabilidade possa proporcionar.

Nesse sentido, o processo decisório e suas ferramentas contribuem em partes para que os produtores de arroz tomem decisões baseadas em informações contábeis, visto que 83% dos produtores não fazem uso de informações contábeis.

Verificou-se neste estudo, que os produtores de arroz do município de Rio Brilhante/MS não adotam a prática de tomarem decisões com base em informações contábeis.

Alem disso, durante a pesquisa, verificou-se que alguns produtores não sabiam diferenciar custos de despesas da atividade, como exemplo energia elétrica do galpão da lavoura ou mesmo diárias dos trabalhadores envolvidos no plantio e ou colheita do arroz.

Diante deste breve estudo, fica a oportunidade para novas pesquisas no setor agrícola no município de Rio Brilhante/MS, principalmente quando tem-se a contabilidade como ciência e instrumento para auxiliar os produtores na tomada de decisão.

6. REFERÊNCIAS

AGRONEGÓCIO, o que é. Portal do agronegócio. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em 17 de abr. de 2011.

ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BEUREN, Ilse Maria. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. Longaray, Andre Andrade; Raupp, Fabiano Maury; Sousa, Marco Aurélio Batista; Colauto, Romualdo Douglas; Porton, Rosimeire Alves de Bona. 3.ed.-5.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2010.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; ALMEIDA, Moisés Araujo. **Perfil dos artigos sobre custos no agronegócio publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Custos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DECUSTOS, 10, *Anais*. Vitória: ABC, 2003.

CERVO, Arnaldo Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COLAUTO, Romualdo Douglas. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Coleta, Análise e Interpretação dos Dados**. In: BEUREN, Ilse Maria, Org. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed.-5.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2010. p.117-144, cap. 5.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de Contabilidade e normas brasileiras de Contabilidade**. CFC. Brasília, 1999.

DAVIS, J. H., GOLDBERG, R. A. *A concept of agribusiness. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.*

DEFINIÇÃO de agronegócio. Disponível em < [HTTP://www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)>, acesso em 18 de junho de 2011.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997. 407p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed.São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBERG, R. A. *Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat soybean and Florida orange economies. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston Harvard University, 1968.*

GOMES, Luiz, F.A.M. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. 2.ed.São Paulo:Atlas, 2006.

HAMPTON, David. Administração contemporânea. São Paulo: Makron Books, 1992. In: revista eletrônica Gestão e Sociedade, vol.2 n° 4, julho/dezembro de 2008.

IBGE-Instituto brasileiro de geografia e estatística (2010).

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 4 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1995. 305p.

MALCZEWSKI, Jacek. GIS and multicriteria decision analysis. New York: John Wiley, 1999.

MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <disponível em <http://www.agricultura.gov.br/ministerio/missao>>, acesso em 10 de maio de 2011.

MCR-Manual de Crédito Rural. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?creditoruralfaq>>, acesso em 03 de dez. de 2011.

MORITZ, Gilberto de Oliveira, PEREIRA, Maurício Fernandes. **Processo decisório**. – Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

OLIVEIRA, Deyvison de Lima; PEREIRA, Sidinei (2008). Revista eletrônica Gestão Sociedade, vol.2 n° 4, julho/dezembro de 2008.

Planeta arroz. Disponível em <http://www.planetaarroz.com.br/site/noticias_detalle.php?idNoticia=514> , acesso em 03 de dez. de 2011.

RAUPP, Fabiano Maury. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Metodologia da Pesquisa Aplicável a Ciências Sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria, Org. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed.-5.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2010. P.77-97, cap. 3.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed.São Paulo: Atlas, 1999.

ROY, B. *Mulcriteria methodology for decision aiding*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1996a.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. Ed. Atlas. São Paulo, 1998. 349p.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1965 apud MORITZ, Gilberto de Oliveira, PEREIRA, Maurício Fernandes. **Processo decisório**. – Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

ZELNY, Milan. *Six concepts of optimality*. TINS/ORSA Joint Meeting, Boston, Apr. 1994.

VALOIS, Afonso Celso Candeira. Agronegócio e oportunidades, artigo técnico 2007. Disponível em: <. <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2007/artigo.2007-0124.7477201343>>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2011.